



Quintanilha defendeu engajamento do Senado na busca de solução. Wellington Roberto diz que Congresso faz sua parte. E Moreira Mendes analisa situação de Rondônia



Dom Hélder Câmara é homenageado aos 90 anos

Parlamentares de diferentes partidos se associaram ontem à homenagem que o senador Ronaldo Cunha Lima prestou ao arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, por seus 90 anos. "Nas sombras da ditadura, não calou, não tremeu", afirmou Ronaldo Cunha Lima, ao descrever a luta do religioso em defesa dos direitos humanos.

PÁGINA 8

Senadores analisam resultado da reunião de governadores com FHC

Quintanilha explica que encontro foi um avanço, enquanto Wellington Roberto afirma que opositoristas estão "tirando proveito pessoal e partidário da crise"

CAE



A CAE votará pareceres sobre os pedidos da União e do Piauí e, em seguida, deverá remetê-los ao plenário

CAE examina hoje cinco operações de crédito

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado reúne-se hoje, às 10h, para examinar cinco pedidos de autorização para operações de crédito em benefício da União e do estado do Piauí.

Os recursos pleiteados pela União destinam-se à modernização da infra-estrutura de ciência e tecnologia. O Piauí pretende refinar sua dívida com o Tesouro Nacional.

PÁGINA 2

A reunião dos governadores com o presidente Fernando Henrique Cardoso foi considerada um avanço pelo senador Leomar Quintanilha. Em discurso no plenário, ele disse que o debate sobre as dívidas deve ser feito "sem ressentimentos pessoais", porque a população sofre com o sucateamento de serviços públicos. O senador Wellington Roberto acusou os governadores de oposição de tirar proveito da crise. Ele conclamou os políticos a entender o papel que precisam desempenhar na reversão das expectativas do mercado e no restabelecimento da confiança nas instituições. A crise nas finanças estaduais foi abordada, também, pelo senador Moreira Mendes, que denunciou "a situação de desastre" encontrada pelo atual governador de Rondônia, José Bianco.

PÁGINA 3

Plenário aprecia projeto sobre tarifas

PÁGINA 2

CAE aprecia hoje operações de crédito

Entre as matérias da pauta, consta pedido do governo para contrair empréstimo japonês com o objetivo de modernizar o setor de ciência e tecnologia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), reúne-se hoje, às 10h, para examinar uma pauta de cinco itens sobre pedidos de autorização para operações de crédito pela União e pelo estado do Piauí.

Entre as matérias a serem apreciadas pela CAE, está a mensagem do presidente da República para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de 18 bilhões de reais, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o The Export-Import Bank of Japan (Jexim), destinada ao fi-

nanciamento parcial do "Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia". O parecer do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é favorável.

A CAE examinará ainda a solicitação do governo do Piauí para refinanciamento da sua dívida com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor aproximado de R\$ 250,6 milhões. A solicitação tem parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Consta também da pauta, com parecer favorável do senador Bello Par-

ga (PFL-MA), emenda de plenário apresentada pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO) a projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Teresina a realizar operação de crédito junto ao BNDES no valor aproximado de R\$ 18,4 milhões. Os recursos, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), serão destinados ao projeto Vila-Bairro.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) deverá apresentar na reunião da CAE de hoje dois pareceres: um, favorável a operação de crédito externo no valor aproximado de US\$ 757 milhões, de principal, a serem empres-

tados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) à União para o ajuste setorial da Previdência Social. O outro parecer de Suassuna é contrário à autorização para que o Brasil contrate operação de crédito externo no valor equivalente a até 16,5 milhões de marcos alemães, de principal, junto ao Kresitanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico do Piauí.

Todas essas matérias têm tramitação não terminativa, dependendo ainda de deliberação final do plenário.

Plenário vota lei que facilita pagamento de contas

Projeto de lei de iniciativa da Câmara dos Deputados obrigando as empresas concessionárias de serviço público a oferecer pelo menos seis datas diferentes para que os usuários escolham uma para o vencimento dos seus débitos será apreciado pelo plenário do Senado hoje. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também será votado, em turno suplementar, substitutivo a projeto da Câmara que trata da proteção das cavernas brasileiras. A medida proíbe qualquer lavra mineral ou construção, inclusive de estradas, a menos de 300 metros da entrada de qualquer caverna.

Uma proposta de emenda constitucional que cria juizados especiais no âmbito da Justiça Federal terá hoje seu terceiro dia de discussão em primeiro turno. Caso não sejam apresentadas emendas, a matéria poderá ser votada pelo plenário a partir de quinta-feira.

Amanhã, o plenário do Senado votará a indicação pelo presidente da República do economista Arminio Fraga Neto para a presidência do Banco Central e dos demais diretores indicados para a instituição.

Ademir propõe mudança no Regimento do Senado

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem a apresentação de projeto de resolução modificando o Regimento Interno do Senado, de modo a substituir a exigência do decurso de uma hora entre pedidos de verificação de presença na sessão por um apoio de dez senadores ao novo pedido. "Esse dispositivo ficou ultrapassado depois que as votações passaram a ser registradas no painel eletrônico", alegou.

Para Ademir, essa exigência de uma hora de intervalo entre dois pedidos de verificação tem sido usada como manobra pela base governista, para garantir que um projeto polêmico de seu interesse seja aprovado por voto de liderança, muitas vezes contrário à vontade dos liderados:

– Exemplo típico aconteceu durante

a apreciação de dois projetos de dívida do estado do Pará, em que o primeiro foi rejeitado por voto de lideranças, mas aprovado pelo voto nominal da maioria dos senadores, enquanto o segundo acabou rejeitado por voto de dois líderes partidários, sem que fosse possível pedir nova votação nominal, uma vez que não havia decorrido uma hora de intervalo entre as duas votações – argumentou.

Ademir Andrade considerou muito mais democrática a exigência de um número maior de senadores para apoiar uma segunda verificação de presença do que o critério de intervalo de uma hora. "O atual sistema dá muito poder ao líder partidário, em detrimento do voto de muitos senadores", explicou.

Por coerência legislativa, o senador também está colhendo assinaturas para

Aprovado pesar pela morte de ex-reitor

Por iniciativa do senador Ademir Andrade (PSB-PA), o plenário do Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento do professor Horácio Cintra de Magalhães Macedo, ocorrido no dia 24 último no Rio de Janeiro, solicitando inserção em ata da homenagem e envio de condolências à família.

Ademir ressaltou que o ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi um dos grandes defensores da universidade pública de qualidade para todos.

– Ele compatibilizou ciência e política como poucos intelectuais o fazem hoje, incondicionalmente inscrito na heróica utopia de um Brasil socialmente mais justo, democrático, livre e soberano – disse.

O senador pelo Pará ressaltou que Horácio Macedo sempre foi homem de esquerda. "Sua consciência política atravessou por inteiro sua trajetória profissional, acadêmica e política. Comunista convicto, nunca abandonou a militância no quadro do PCB. Mas, isso não se confundia com ali-



Ademir quer reduzir importância dos líderes partidários nas votações do Senado e do Congresso

apresentar projeto de resolução semelhante para modificar o Regimento Comum (do Congresso), onde vigora a mesma exigência de intervalo de uma hora entre pedidos de verificação de quorum. "Considero mais democrático o apoio de dez senadores e 50 deputados a uma proposição do que a frieza de um intervalo de 60 minutos", concluiu Ademir.

nhamento automático, porque se fez conhecido pelas duras críticas à linha política por vezes adotada pelo 'Partidão'. Cientista de renome, publicou mais de 70 obras, espalhadas por quatro décadas de dedicação e pesquisa."

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acompanhou a homenagem, lembrando sua longa convivência com o professor Horácio Macedo, quando teve oportunidade de constatar sua erudição e coerência política.



TERÇA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
▶ 10h - Despacho interno
▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro dia de discussão do primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal; *Substitutivo ao PLC nº 36/96, que dispõe sobre a proteção das cavernas naturais; e *PLC nº 40/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviço público estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos.

COMISSÕES

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Mensagem nº 29/98, que propõe seja autorizada a contratação de crédito externo no valor de 18 bilhões de reais, entre o Brasil e o The Export-Import Bank of Japan, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia"; *Ofício "S" nº 35/98, que encaminha ao Senado solicitação do governo do Piauí para refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 20.1.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 250.654.937,41; *Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, que autoriza a prefeitura municipal de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$ 18.454.510,00, cujos recursos, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município; *Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao Projeto de Resolução nº 101/98, que autoriza o Brasil a contratar crédito externo de até 16,5 milhões de marcos alemães, entre o Brasil e o Kresitanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico do Piauí; e *Mensagem nº 56/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 757.570.000,00, entre o Brasil e o Bird, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional do Brasil. Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO PARA A SEMANA

Quarta-feira (3.3.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Parecer nº 68/99 sobre a Mensagem nº 74/99, que submete o nome de Arminio Fraga Neto para presidente do Banco Central; *Pareceres nºs 69, 70, 71, 72 e 73/99, respectivamente, sobre as Mensagens nºs 77/99, 78/99, 79/99, 80/99 e 81/99, que submetem ao Senado os nomes de Daniel Luiz Gleizer, Edison Bernardes dos Santos, Luiz Carlos Alvarez, Luiz Fernando Figueiredo e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercerem cargos de diretor do BC; votação em 2º turno da *PEC nº 64/95, que dispõe sobre prazo prescricional das ações trabalhistas; e quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal.

Quinta-feira (4.3.99)
▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99.

Sexta-feira (5.3.99)
▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clávis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Estados e União começam a se entender, diz Quintanilha

Na opinião do senador, reunião entre o presidente da República e os governadores foi o primeiro passo no caminho de um esforço comum pela redução do endividamento e melhoria dos serviços públicos essenciais

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) classificou a reunião dos governadores com o presidente Fernando Henrique como "um avanço". Ele lamentou, porém, a ausência de Itamar Franco e afirmou que, com o gesto, o governador de Minas Gerais mostra que ainda não decidiu enfrentar abertamente o problema do endividamento do estado.

– Sem um entendimento de todos, não há como encontrar solução para o problema – disse.

Quintanilha salientou que a discussão em torno das dívidas deve ser feita "sem ressentimentos pessoais, até porque é a população que sofre com o sucateamento de serviços públicos essenciais, como transporte, saúde e educação".

Quintanilha defendeu o engajamento do Senado na resolução do impasse entre a União e os estados e disse que a Casa tem adotado uma postura conciliatória e precisa exigir para



Leomar Quintanilha propõe a participação do Senado no debate sobre a crise financeira dos estados

que cada unidade federativa, dentro de suas responsabilidades, cumpra os termos do acordo renegociado.

O senador afirmou que vários estados privatizaram empresas sem conseguir direcionar os recursos obtidos para pagar o principal das dívidas, mas somente para a amortização dos juros. Quintanilha lembrou que os novos governadores assumiram estados com dívidas homéricas, quase impagáveis, e viram esses débitos au-

mentarem "brutalmente", em virtude das elevadas taxas de juros praticadas no país.

– A equação é simples, mas o problema é grave – observou, referindo-se à necessidade de que cada unidade da Federação ajuste suas contas. "Não se admite mais que estados e municípios sejam perdulários", destacou.

Ele ressaltou que com a reunião da última sexta-feira foi aberta a agenda do entendimento em torno do assunto.

Lauro adverte que indicação de Fraga é "perigosa e imprópria"

A indicação do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central (BC) foi criticada ontem da tribuna pelo senador Lauro Campos (PT-DF). Ao citar comentário feito por George Soros no livro *A crise do capitalismo*, ele disse que o próprio megaspeculador rejeitaria o nome do seu ex-funcionário para o BC, se fosse senador.

– Soros aponta a promiscuidade entre as empresas privadas e as governamentais como um dos principais defeitos da economia aberta. Portanto, se fizesse parte do Senado, até ele rejeitaria a indicação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, por ser um nome que não é apenas suspeito, mas

também perigoso e impróprio – afirmou.

Lauro Campos disse que Armínio Fraga está voltando ao Brasil após a falência de bancos públicos e privados, depois do sucateamento do parque industrial e numa conjuntura em que o desemprego está em alta e a dívida pública da União já atinge US\$ 380 bilhões.

O senador também citou a dívida externa, que hoje chega a US\$ 240 bilhões, e o salário mínimo de 65 dólares mensais.

Para o senador petista, esse cenário de "fim de festa e de destruição" foi provocado em nome da "estabilização" e da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A década de 90 foi considerada por Lauro Campos como os "anos de ouro do escancaramento do Brasil" para os capitais especulativos. Ele exemplificou sua afirmação registrando que várias autoridades deixaram seus cargos para ingressar em instituições financeiras privadas.

– Marcílio Marques Moreira passou de ministro da Fazenda entre 1991 e 1992 para consultor da corretora Merrill Lynch. Francisco Gros, presidente do Banco Central entre maio de 1991 e novembro de 1992, passou a ser diretor executivo do banco Morgan Stanley Dean Witter. E o próprio Armínio Fraga Neto, diretor da área internacional do Banco Central de junho de 1991 a novembro de 1992, foi promovido a diretor gerente da Soros Fund Management LLC – enumerou Lauro Campos.



Lauro Campos condena a "promiscuidade" entre o BC e instituições privadas

Wellington Roberto condena atitude dos governadores de oposição

O senador Wellington Roberto (PMDB-PB) afirmou ontem que os governadores de oposição "estão tirando proveito pessoal e partidário da crise".

Para ele, os problemas econômico-financeiros enfrentados pelo país representam um desafio para a classe política brasileira, que precisa entender o papel que tem a desempenhar na reversão das expectativas do mercado e no restabelecimento da confiança nas instituições.

– Governador, não importa o partido, é sempre situação – defendeu o senador. Para ele, o presidente da República é o "depositário da confiança da maioria do eleitorado" e, por isso, merece o apoio de todas as lideranças poli-



"Democracia pressupõe acatamento ao resultado eleitoral", afirma senador

ticas, no momento em que busca saídas para a crise. "Democracia pressupõe acatamento ao resultado eleitoral e isso pressupõe que crises estruturais não serão resolvidas à revelia do chefe do governo", salientou.

Wellington Roberto disse acreditar que o Congresso vem fazendo sua parte. "A retomada da vo-

tação das reformas não esvazia, mas reduz o impacto de ações alarmistas que, em vez de propor saídas, buscam tirar vantagem da crise", afirmou. Ele criticou, ainda, a atividade dos especuladores, que, no seu entender, vêm trabalhando para depreciar os papéis públicos brasileiros para comprá-los em baixa e vendê-los em alta, "fazendo fortuna fácil do dia para a noite".

O senador pregou a união entre os poderes Executivo e Legislativo para, juntos, enfrentarem os problemas "de maneira sensata e somando esforços". Ele acredita que, a partir de entendimentos dessa ordem, as "chances de desordem se reduzem e o fator credibilidade se fortalece".

Moreira Mendes denuncia situação desastrosa encontrada em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), que tomou posse no lugar de José Bianco, eleito governador de Rondônia, fez ontem seu primeiro pronunciamento, apontando o que chamou de "caos administrativo" deixado pelo ex-governador Waldir Raupp de Matos. De acordo com Moreira Mendes, Bianco assumiu o governo de um estado que passa por "uma situação de desastre financeiro e de endividamento que chega às raias do desespero".

As dívidas de Rondônia, segundo o senador, saltaram de R\$ 250 milhões no início do governo Raupp para os mais de R\$ 2 bilhões atuais. Isso se deve, no entender do parlamentar, ao fato de que a administração do então governador foi "um des-

file de desperdícios, de obras inacabadas, de compras malfeitas, de licitações duvidosas, de fraudes e escândalos que culminaram até com prisões de gente do alto escalão do governo".

A solução encontrada pelo atual governador, disse Moreira Mendes, foi deflagrar uma "guerra de austeridade". Ele disse que José Bianco reduziu o próprio salário, de R\$ 18 mil para R\$ 8 mil. Fez uma "devassa na folha de pagamento em busca de funcionários fantasmas. Retirou vantagens indevidas, além de adotar um elenco de outras medidas com as quais espera tirar Rondônia "do atoleiro em que foi jogado".

Moreira Mendes elogiou a atuação do Ministério Público em seu



Mendes: novo governador de RO herdou uma situação de absoluto "caos administrativo"

estado e disse que, se não fosse a ação da instituição, "Rondônia teria perdido até o palácio do governo". Ele informou que os bens declarados por Waldir Raupp já estão indisponíveis e que zelará para que a população jamais esqueça o desastre que o ex-governador trouxe para o estado.

Osmar quer mudar MP que prejudica produtores

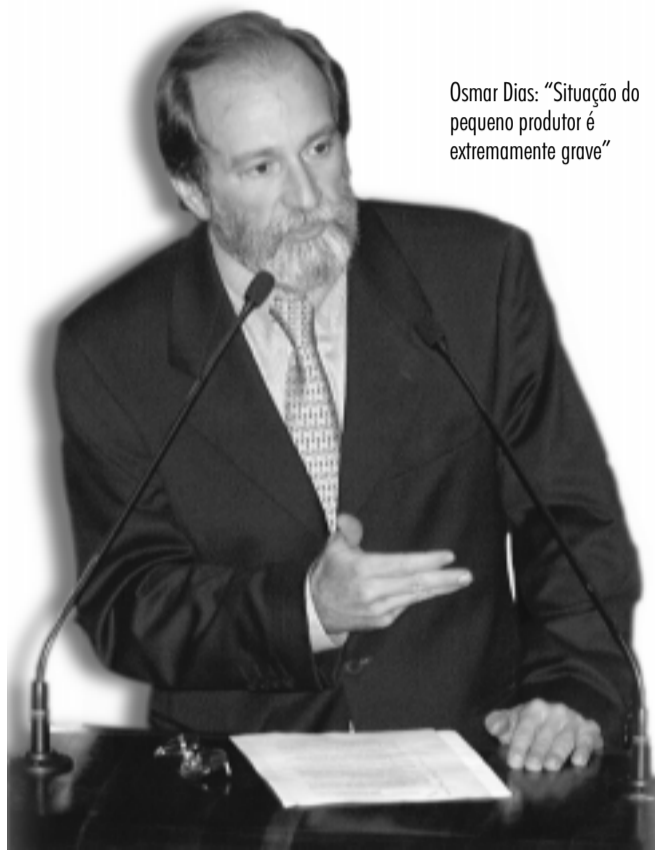
Senador apela ao presidente da República para que retire da medida provisória que regula a propriedade de terras de fronteira “exigências descabidas” feitas aos pequenos agricultores

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) sugeriu ontem que o presidente da República exija apenas dos grandes proprietários a ratificação de domínio de suas terras próximas da fronteira com países vizinhos, excluindo os pequenos agricultores da determinação contida em medida provisória publicada recentemente. Ele afirmou que tal comprovação custará muito dinheiro aos pequenos produtores, já em crise e endividados.

– Não defendo que a medida provisória seja modificada para atender aos grandes proprietários. Defendo que o presidente da República adote um critério que não prejudique quem tem área menor que 15 módulos fiscais – disse.

No oeste do Paraná, 15 módulos variam de 200 a 300 hectares, e, de acordo com a medida provisória, quem não ratificar a documentação em dois anos terá suas terras transferidas para a União, as quais serão destinadas à reforma agrária.

Além disso, Osmar Dias lamentou



Osmar Dias: “Situação do pequeno produtor é extremamente grave”

que um artigo da medida provisória exija de qualquer proprietário o cumprimento da função

social da terra, o que na prática significa, entre outras coisas, que o agricultor terá de manter 20%

de sua área como reserva legal. Ele afirmou que tal exigência é impossível de ser cumprida no oeste do Paraná, pois a maioria das propriedades possui de cinco a dez hectares e toda a área já se encontra ocupada “há muito tempo”.

O presidente da República, de acordo com o senador, “deveria reler” a medida provisória, “que parece ter sido feita por alguém que não tinha nada para fazer” e resolveu “fazer exigências descabidas” aos pequenos agricultores. “Se o setor rural brasileiro enfrenta uma crise sem precedentes, a situação do pequeno produtor é extremamente grave”, observou.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) apoiou Osmar Dias e questionou: “Qual organismo do governo está hoje cumprindo sua função social, com tanto corte de verbas?” Mestrinho disse que a exigência de cumprimento de função social afetará praticamente todos os estados da Amazônia.



Eduardo Siqueira Campos elogiou a “profícua” gestão de Sérgio Cutolo na CEF

Senador destaca gestão de Sérgio Cutolo

O economista Sérgio Cutolo, novo secretário de Desenvolvimento Urbano do governo federal, “teve uma gestão profícua e competente” na presidência da Caixa Econômica Federal (CEF), registrou em plenário o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). O senador pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso de despedida de Cutolo da Caixa.

Segundo o senador, em seu discurso, Sérgio Cutolo afirmou que deixa a CEF saneada financeiramente, depois de quatro anos no cargo. Nesse período, a Caixa passou de um prejuízo operacional de R\$ 2,6 bilhões, em 94, para um lucro de R\$ 700 milhões no ano passado. O FGTS, administrado pela CEF, também teve suas contas saneadas e agora ele dispõe de R\$ 13 bilhões para financiamentos.

A volta do financiamento habitacional e a retomada de obras de saneamento estão entre outros pontos destacados por Sérgio Cutolo. Nos três anos anteriores ao governo Fernando Henrique Cardoso, a CEF não concedera financiamentos habitacionais nem investira em obras de água e esgotos. Depois das medidas de recuperação, a Caixa concedeu mais de 480 mil financiamentos habitacionais e participa de aproximadamente 13.500 obras nos estados e municípios.

Álvaro Dias condena desapropriação de terras rurais produtivas

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou a medida provisória que permite a desapropriação de terras na região de fronteira que não estejam cumprindo sua função social. Para o senador, a MP, além de estar sendo usada sem observar os requisitos básicos para sua edição, atenta contra a Constituição, ao possibilitar que o governo federal possa dispor de terras rurais produtivas para fins de reforma agrária sem o devido processo legal.

– Tais normas simplesmente passam a desconhecer cláusulas pétreas da Constituição, que garantem a apreciação, pelo Poder Judiciário, de lesão a direito ou ameaça e que impossibilitam a privação de bens sem o devido processo legal – denunciou Álvaro Dias.

Segundo o senador, com a MP, o governo federal extrapola a intenção anunciada anteriormente de ratificar os títulos de propriedades próximas à fronteira que possuem apenas títulos de alienação, concedidos sem a anuência



Álvaro Dias considera inconstitucional a medida provisória que permite a desapropriação de terras na região de fronteira

do Serviço de Patrimônio da União, nas décadas de 30 e 40. Essas fazendas estão localizadas na faixa oeste em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

– No Paraná, serão atingidas cerca de 40 mil propriedades rurais, pequenas, médias e grandes, passíveis de ratificação. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) poderá atingi-las sem o pagamento do valor da terra nua aos eventuais desapropriados – afirmou Álvaro Dias, unindo-se ao senador Osmar Dias (PSDB-PR), que já abordou a necessidade de revogação da MP em plenário.

– afirmou Álvaro Dias, unindo-se ao senador Osmar Dias (PSDB-PR), que já abordou a necessidade de revogação da MP em plenário.

INCERTEZAS

Além do problema social e legal, o senador Álvaro Dias acredita que a insegurança da situação das propriedades fará com que se instaure um “clima de pânico” e de incerteza quanto ao oferecimento dessas terras como garantias reais para a contratação de fi-

nciamentos agrícolas. O senador ressaltou que a utilização de MP só se justifica se houver, concomitantemente, urgência e relevância no tema tratado, o que não acontece com a ratificação dos títulos das propriedades.

– Louvo a constante preocupação do governo federal com o instituto da reforma agrária. Todavia, não se pode agir em detrimento da economia do país, abrangendo áreas onde campeiam a experiência e o sucesso produtivo – argumentou.

Maguito citou como exemplo os programas sociais desenvolvidos durante sua gestão em Goiás



Maguito critica corte de cesta básica para a população carente

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou o corte na distribuição de cestas básicas a famílias carentes e a redução de recursos para a merenda escolar anunciados esta semana pelo governo federal. "Podem-se cortar investimentos em muitos setores, mas não podemos, em hipótese alguma, permitir que se tire o alimento da boca daqueles que já deram muito pelo país e que hoje não têm sequer forças para buscar o seu sustento".

A redução de investimentos no setor social, de acordo com Maguito, não pode nem entrar em qualquer discussão sobre ajustes nas contas públicas. "A diminuição de investimentos na área social tem aprofundado as desigualdades no país e pode nos levar, a continuar nesse ritmo, a uma perigosa e indesejável situação de convulsão social."

As recentes ondas de saques, ocorridas principalmente no Nordeste, deveriam ter servido de alerta para a necessidade de o governo acudir diretamente as famílias que estão vivendo em estado de miséria absoluta. "É o mínimo que os governos, em todos os níveis, podem fazer pelo seu povo."

Ex-governador de Goiás, Maguito citou como exemplo os programas sociais desenvolvidos durante a sua gestão no estado. Através da Secretaria de Solidariedade Humana, o governo distribuía mensalmente 147 mil cestas de alimentos a famílias carentes, com renda total inferior a um salário mínimo. Diariamente, 90 mil crianças entre zero e seis anos de idade recebiam um pão

e um litro de leite. Essas mesmas famílias também não pagavam tarifa de água e luz.

Maguito explica que os programas não eram meramente assistencialistas, porque estavam casados com ações de saúde e educação. "Para receber o benefício, por exemplo, todas as crianças das famílias beneficiadas tinham que estar frequentando a escola, o que levou 19 mil de volta às salas de aula, apenas para citar um exemplo."

Os programas tiveram o acompanhamento permanente do Unicef, que apontou outras conquistas: a redução da mortalidade infantil e da criminalidade de adolescentes e o aumento da imunização de crianças através da exigência de vacinação para os beneficiados. Outro acerto apontado pelo Unicef diz respeito ao público beneficiado. O senador lembrou que pesquisa do fundo revelou que as famílias alvo do programa foram realmente aquelas atendidas, ou seja, que receberam os benefícios realmente as famílias que necessitavam.

Os programas goianos serviram de modelo para projetos sociais em outros estados, como o Maranhão e Mato Grosso. O governo do Distrito Federal, a partir deste ano, também implantará programas semelhantes. "Se cada estado, cada prefeitura e o governo federal fizerem sua parte, é possível erradicarmos de vez o fantasma da fome no Brasil", defende Maguito Vilela.

Piva defende novos critérios para exame de contas públicas

Análise deve preceder autorizações de empréstimos a estados e municípios, diz ex-presidente ao fazer balanço de sua gestão na CAE

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), que deixou a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em janeiro, acredita que, no futuro, a comissão deverá encontrar um novo caminho para analisar as contas de estados e municípios antes de autorizar operações de crédito, competência privativa do Senado Federal.

– Infelizmente, tivemos que rolar algumas dívidas até com parecer contrário do Banco Central, mas a situação de extrema dificuldade por que passam as prefeituras e os estados nos obrigou a aprovar todas as contas e todos os pedidos de empréstimos – afirmou Piva ao fazer uma avaliação de seu mandato à frente da CAE.

Como um dos momentos marcantes de sua gestão, Piva ressaltou a discussão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), quando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, estiveram presentes à CAE para prestar esclarecimentos aos senadores.

O senador recordou ainda que Franco esteve na comissão em outra oportunidade, para falar sobre a situação do déficit público. Mais recentemente, em janeiro, citou Piva, houve a sabatina do ex-presidente do BC, Francisco Lopes, que durou mais de quatro horas e acabou com a aprovação da indicação do presidente da República.



Uma das realizações citadas por Piva é a aprovação da resolução que acaba com as antecipações de receita

O ex-presidente da CAE destacou a intensa atividade da comissão durante o seu mandato, iniciado em maio de 1998. No período, foram realizadas 26 reuniões ordinárias e extraordinárias, quando 127 pareceres a proposições foram apreciados. Entre as medidas aprovadas, estão empréstimos e outras operações de crédito, como a renegociação de dívidas de 19 estados.

Financiamentos externos para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, para a Usina Nuclear Angra II, para o reaparelhamento da Marinha e para o Fundescola, entre outros, também foram autorizados pelo Senado durante o mandato de Piva na CAE.

A aprovação da Resolução 78/98, que definiu novas regras para a apreciação de pedidos de ope-

ração de crédito pelo Senado, um dos últimos trabalhos do ex-senador Wilson Kleinübing, também foi listada por Piva entre as realizações mais importantes da CAE no ano passado.

– Essa resolução estava tramitando na Casa havia mais de um ano. Se cumprida, a resolução modifica completamente os parâmetros de endividamento dos estados. Ela acabou com as Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO), um instrumento muito perigoso para os governos – avaliou.

Antes de assumir a presidência da comissão, Piva foi vice-presidente da CAE no biênio 95/96. O senador continuará representando o PSDB na comissão, como membro titular, pelos próximos dois anos.

Cabral lança livro sobre financiamento externo

Será lançado amanhã, no Salão Negro do Congresso, o livro *A Operação Técnica e Financeira Internacional*, de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A obra "elucida didaticamente as dúvidas de profissionais, dirigentes públicos e privados, associações de classe, organizações não-governamentais, prefeituras, enfim, de todos os responsáveis por projetos que busquem o apoio externo", explica o senador.

Com 693 páginas, o livro esclarece sobre como solicitar apoio a projetos de importância para o desenvolvimento do país, que, conforme o senador, muitas vezes não são levados adiante devido à falta de ori-

entação e ao desconhecimento dos trâmites junto aos organismos internacionais.

EFICIÊNCIA

Com prefácio do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a obra é dedicada ao Itamaraty em "homenagem à eficiência do seu corpo diplomático". Lembrando que o livro foi editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, Cabral elogiou a sensibilidade do senador Antonio Carlos Magalhães pela iniciativa, já que a publicação será distribuída gratuitamente a universidades, entidades de classe, assembleias legislativas, prefeituras, entre outros.



Cabral explica que a obra elucida, didaticamente, as dúvidas de profissionais e dirigentes públicos

Relator-geral da Constituinte, ex-ministro da Justiça, ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, Bernardo Cabral foi presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Mozarildo prega integração comercial da fronteira Norte

Para que a região se desenvolva, Brasil deve fazer aliança econômica com países como Venezuela e República da Guiana, defende senador

Ao cobrar uma maior atenção do governo federal aos estados da Amazônia, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a integração comercial do Brasil com os países que fazem fronteira com a região Norte. Ele lembrou que o próprio presidente recém-empossado da Venezuela já manifestou publicamente o seu interesse de integrar o seu país com o Mercosul.

– Espero que o Brasil se esforce nesse sentido, pois o nosso país como um todo irá se beneficiar, e Roraima e o Amazonas, principalmente, terão as suas economias impulsionadas de forma muito vigorosa – opinou.

Na opinião do senador por Roraima, se o governo desse à região Norte o mesmo tratamento dispensado ao Sul e ao Sudeste, ainda assim estaria cometendo uma injustiça, já que o Norte do país é mais frágil economicamente. Mozarildo apelou para que o presidente Fernando Henrique Cardoso priorize o desenvolvimento da região, sobretudo a integração com os países fronteiriços.

Reclamando que a política de integração econômica do Brasil privilegia os países que fazem fronteira com os estados do Sul, Mozarildo citou o caso específico do seu estado. Ele disse que



Mozarildo reclama que a política nacional de integração com o continente privilegia os estados do Sul

em Roraima, que faz fronteira com a Venezuela e a República da Guiana, foram necessárias décadas para que se concluísse a BR-174, rodovia federal que interliga o Amazonas e Roraima com a Venezuela.

– E isso só foi possível porque o governo do meu estado, que é financeiramente o mais pobre da Federação, foi bancando na frente as despesas para ser depois ressarcido pelo governo federal. E agora a história se repete no asfaltamento de outra rodovia federal, a BR-410, que liga Boa Vista à fronteira com a República da Guiana – lamentou Mozarildo.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), os representantes da Amazônia têm sido pouco ouvidos pelo governo federal em suas

propostas de impulsionar um tipo de desenvolvimento correto para a região. Ele citou a falta de desenvolvimento econômico como um dos fatores que contribuem para a situação de insegurança na fronteira com as outras nações.

Ao afirmar que a integração da Amazônia não é apenas uma questão de desenvolvimento, mas de soberania nacional, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) denunciou o estado de insegurança que a população das localidades próximas à fronteira vivem devido aos conflitos, ações de guerrilha e narcotráfico. Ele também colocou-se à disposição para participar de todas as iniciativas de interesse da Amazônia, independente de caráter partidário.

Lando pede atenção para o rio Madeira

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que o Departamento Nacional de Transportes e Rios Navegáveis e órgãos afins devem dispensar atenção especial ao rio Madeira para que naufrágios como o do último dia 11, que matou 50 pessoas, não mais aconteçam e o rio possa prosseguir “cumprindo o seu papel de integrador da Amazônia e de viabilizador da cidadania de seus povos”.

Amir Lando informou que, segundo a Administração das Hidrovias da Amazônia, há dois anos os pontos críticos do rio



Amir Lando quer mais segurança para a navegação no rio, onde um recente naufrágio causou 50 mortes

Madeira eram seis, e hoje já somam 13. Ele diz que os órgãos ligados ao transporte hidroviário devem realizar obras de dragagem, drenagem e sinalização náutica e exercer fiscalização mais rigorosa sobre os procedimentos de navegação.

O senador registrou que, no naufrágio de 11 de fevereiro, perdeu “uma grande companheira de lutas”, a professora Maria da Conceição Silveira, candidata a deputada estadual pelo PMDB de Rondônia nas últimas eleições.



Mauro Miranda aponta a reforma agrária e o incremento da construção civil como alternativas para a geração de empregos

Mauro elogia campanha por emprego da CNBB

A escolha do tema “Sem emprego... Por quê?” pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a Campanha da Fraternidade de 1999 recebeu elogios do senador Mauro Miranda (PMDB-GO). O parlamentar disse ser “reconfortante” saber que as autoridades eclesiais e a comunidade de fiéis estão apreensivas com um assunto que se agrava a cada ano e que se tornou uma preocupação universal.

O senador recordou que a CNBB já trabalhara anteriormente com assuntos correlatos, como as campanhas “Trabalho e justiça para todos” e “Solidários na dignidade do trabalho”. Agora, porém, o desemprego atinge níveis nunca vistos, tendo chegado, no ano passado, a 7% da população economicamente ativa.

Mauro Miranda citou entrevista do arcebispo de Brasília, cardinal dom José Freire Falcão, em que este ressalta que a Campanha da Fraternidade de 1999 não se limitará a denunciar os altos índices de desemprego, mas também “o liberalismo sem freios éticos e o agravamento da situação histórica da dependência econômica”.

O senador destacou a ênfase dada pela Igreja à necessidade de se empreender imediatamente a reforma agrária. Segundo afirmou, “as prioridades hoje se inverteram”, porque, atualmente, “a principal justificativa para a aceleração

da reforma agrária é gerar empregos e reduzir a pressão urbana por serviços públicos. O aumento da produção passa a ser o benefício adicional”. No entender de Mauro Miranda, o poder público tem gasto elevados recursos em cestas básicas, assistência médica gratuita e seguro-desemprego, além de investimentos em segurança, habitação, saneamento e transporte público, devido ao inchaço nas grandes cidades.

– Ademais, os ganhos de produção de uma reforma agrária não seriam desprezíveis, como alguns burocratas nos querem fazer crer – disse ele, lembrando que “o Brasil, que se preparava para ser o celeiro do mundo, hoje importa milho, arroz e feijão”. Mauro Miranda pregou o incremento da construção civil como forma de gerar empregos. Ele ressaltou que “o governo dispõe agora de instrumentos para a execução de programas mais audaciosos, notadamente o Sistema Financeiro Imobiliário, que não se submete ao engessamento do Sistema Financeiro Habitacional”.

O senador observou que, além de gerar emprego e renda, o aumento da atividade no setor de construção civil reduziria a “enorme pressão ocasionada pelo déficit habitacional, hoje estimado em 12 milhões de moradias”.

Luiz Estevão defende universidade pública

Senador diz que críticos não levam em conta esforço de pesquisa das instituições governamentais de ensino superior e lembra que as particulares também são sustentadas pelos contribuintes, e não só pela receita das mensalidades

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) refutou em discurso ontem as críticas que vêm sendo feitas ao ensino público universitário, principalmente o cálculo "míope e distorcido" que se faz ao dividir o gasto das universidades pelo número de alunos. Para ele, quem faz essa conta despreza todo o esforço das universidades públicas em pesquisa.

Os críticos do ensino superior gratuito, de acordo com o senador, se esquecem de que as universidades privadas também são sustentadas pelos contribuintes brasileiros, pois elas se benefici-

am de deduções no Imposto de Renda. "É uma ilusão acreditar que o ensino privado brasileiro é todo custeado pela iniciativa privada ou pela mensalidade paga pelos alunos", disse.

O senador destacou o trabalho da Universidade de Brasília, que obteve no Provão de 1998 a melhor pontuação nos cursos em que foi examinada. "Brasília está se tornando um centro de excelência de ensino, particularmente a Universidade de Brasília", afirmou. Luiz Estevão lembrou o pioneirismo dessa instituição de ensino superior ao adotar o

Programa de Avaliação Seriada (PAS) como alternativa ao tradicional vestibular, no qual os alunos do segundo grau fazem provas todo final de ano e a metade das vagas da escola é destinada aos estudantes de melhor pontuação.

A Universidade de Brasília, conforme o senador, tem feito um "trabalho extraordinário" nos últimos anos e já consegue produzir cerca de 30% das receitas necessárias ao seu custeio com a prestação de serviços, inclusive realização de concursos públicos. Ele lamentou a situação do hospital da universidade, que vem enfrentando falta de dinheiro e, recentemente, quase teve suas atividades paralisadas.

Em apertes, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o Congresso deve ajudar a resolver a situação dos

hospitais universitários, os quais não têm verbas suficientes do Ministério da Educação e não contam com apoio do Ministério da Saúde. Leomar Quintanilha (PFL-TO) pediu apoio dos senadores para que seja criada a Universidade Federal do Tocantins.

Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que as universidades norte-americanas não vivem só de mensalidades, mas especialmente graças a doações empresariais. "Lá o empresário investe em educação, enquanto o nosso não investe e ainda critica o ensino público", disse Cabral.



Luiz Estevão elogiou a Universidade de Brasília por criar alternativa ao vestibular

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Tai-chi-chuan
7h30 - Especial Unip - Assunto: Funcionamento do intestino - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Tênis
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Em destaque, Amazonas
9h30 - Entrevista - Senador Bernardo Cabral fala sobre o lançamento do seu livro *Cooperação técnica e financeira internacional*
9h55 - Senado em Pauta
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo) - Em destaque: Pedidos de autorização para contratação de créditos
12h30 - Entrevista - Senador Bernardo Cabral fala sobre o lançamento do seu livro *Cooperação técnica e financeira internacional*
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Ceará
13h30 - Mulheres em Destaque - A secretária nacional de Justiça, Sandra Valle, fala sobre o trabalho da secretária nos processos de extradição, como o da advogada Jorgina de Freitas e dos responsáveis pela tragédia do *Bateau Mouche*
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Em destaque: Projeto de lei que dispõe sobre a proteção das cavernas brasileiras
18h30 - Cores do Brasil - Diamantina

19h - Palestra - Meditação e Êxtase
20h - Cores do Brasil - Bahia
20h30 - Entrevista - Senador Bernardo Cabral fala sobre o lançamento do seu livro *Cooperação técnica e financeira internacional*
21h - Jornal do Senado
21h15 - Mulheres em Destaque - A secretária nacional de Justiça, Sandra Valle, fala sobre o trabalho da secretária nos processos de extradição, como o da advogada Jorgina de Freitas e dos responsáveis pela tragédia do *Bateau Mouche*
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO FM

HOJE

8h - Agenda Senado. Em seguida - Música e informação
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo). Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo). Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil". Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste". Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste". Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste". Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária (reprise). Em seguida - Música e informação

Jucá apóia isenção de desconto para servidor público que não se aposentar

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou ontem a decisão do governo federal de isentar da contribuição previdenciária o servidor público que, apesar de preencher todos os requisitos para pedir aposentadoria integral, continuar na ativa. Ele acrescentou que a

medida, regulamentada recentemente por instrução normativa e prevista na reforma da Previdência, entra em vigor a partir do pagamento deste mês:

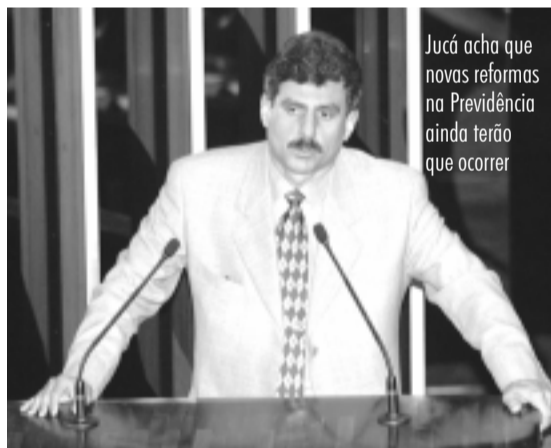
- Estávamos vendo, por força da legislação antiquada, ano a ano a maciça saída de servidores dos quadros públicos, gerando uma grave ampliação da pressão financeira no pagamento de pessoas e na perda de talentos. Funcionários que estavam se aposentando na faixa de 45 anos.

Na opinião de Jucá, essas aposentadorias precoces ocorreriam porque, ao invés de receber incen-

tivos para continuar trabalhando, os funcionários públicos eram beneficiados com uma gratificação de 20%, além do pagamento integral do salário, ao aposentar-se.

Romero Jucá explicou que o avanço tecnológico e o aumento da expectativa de vida tornavam inviável o sistema previdenciário brasileiro. Ele constatou que as pessoas estavam contribuindo menos, se aposentando com menor idade e vivendo mais. Conseqüentemente, permaneciam por mais tempo usufruindo da aposentadoria.

Apesar de o Congresso ter aprovado recentemente uma reforma previdenciária, Jucá acredita que novas mudanças deverão ocorrer em pouco tempo. O senador por Roraima sugeriu que a contribuição das empresas deixe de ser baseada no salário do trabalhador e passe a ser de acordo com o seu faturamento.



Jucá acha que novas reformas na Previdência ainda terão que ocorrer

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

0800 612211

JOSÉ DA PAIXÃO REIS, RIO DE JANEIRO

O aposentado José da Paixão Reis, que mora em Copacabana, no Rio de Janeiro, pede aos senadores a criação de uma lei que obrigue as bancas a ressarcir ou proteger o aposentado que sacar o dinheiro da aposentadoria das caixas eletrônicas que funcionarem dentro das agências bancárias. José da Paixão conta que foi assaltado dentro de uma agência, sofreu um infarto e nem o segurança do banco ajudou a socorrê-lo.

Quem responde e comenta a questão é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que integra a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Ney Suassuna: Esse é um caso patente de má

gestão. Claro que a polícia deveria ter sido notificada e o seguro bancário acionado. Eu diria ao gerente dessa agência: "Imagine o seu pai ou o seu avô nessa condição". É preciso ser mais humano e ter mais solidariedade.

Não é possível, entretanto, de maneira nenhuma, criar uma lei que determine o ressarcimento aos aposentados, caso eles sejam assaltados dentro dos bancos ao utilizarem os caixas eletrônicos.

Na realidade, a maioria dos bancos tem seguro que cobre esse tipo de incidente. Essa é uma norma quase que geral e é uma pena que, nesse caso, o cidadão tenha sido prejudicado e o seguro não tenha sido acionado.

Criar uma lei determinando todas as condições nas quais haveria ressarcimento seria uma tarefa muito difícil. Teria de ser uma legislação muito específica e que, na minha opinião, terminaria sendo inócua.

O que se deve assegurar é que os assaltos comprovados dentro das agências bancárias sejam cobertos pelo seguro que a agência tem.

Além disso, faço um apelo a todos os bancos para que melhorem a sua segurança, principalmente naqueles caixas onde aposentados recebem seu dinheiro, já que, por sua condição física mais debilitada, essas pessoas são presas fáceis dos assaltantes.

Jefferson vê ameaça de colapso com o bug do milênio

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou ontem preocupação com o *bug* do milênio – possibilidade de colapso dos sistemas de processamento de dados que não forem alterados para “entender” a virada do ano 2000 – e propôs que as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação do Senado promovam uma série de audiências públicas conjuntas com a participação de especialistas e executivos dos setores público e privado.

Para Jefferson, é preciso dar máxima visibilidade ao *bug* do milênio, que os especialistas chamam de Y2K. “Ao discutir e disseminar as soluções mais viáveis, rápidas e seguras para a economia e a sociedade brasileira, esses eventos nos proporcionarão a oportunidade de acompanhar a evolução do ajuste ao Y2K nos três poderes da União.”

Assim, observou o senador, será possível preparar proposições legislativas emergenciais, “para garantir a tempestiva adequação dos sistemas críticos do país, estejam eles sob a responsabilidade de órgãos governamentais ou da iniciativa privada”.

Jefferson Péres disse que a crise econômica e as incertezas da política cambial não podem desviar o Congresso da urgência de atacar o *bug*. Ele frisou que todos os arquivos e sistemas operacionais deverão estar ajustados até o final do corrente ano para operar com quatro dígitos e reconhecer o ano 2000. “Caso contrário, será difícil prever os prejuízos e mesmo as tragédias humanas decorrentes da subversão ou interrupção de rotinas essenciais nas usinas hidrelétricas, nos aeroportos, complexos petroquímicos e centros hospitalares.”

O senador entende que o Brasil está atrasado nessas providências. “Somente os sistemas bancário e financeiro parecem estar cientes e razoavelmente adiantados no processo de readequação, já que o Banco Central baixou norma fixando critérios e prazos rígidos nesse sentido. Em múltiplos segmentos da agricultura, indústria e comércio tudo indica que a consciência do problema e o encaminhamento da solução não avançam com a velocidade necessária.”

Jefferson Péres lembrou que o próprio governo federal só há pouco tempo que esboçou uma reação.



Jefferson disse que crise econômica e incertezas da política cambial não devem adiar discussão do *bug*

Ronaldo homenageia os 90 anos de dom Hélder Câmara

Senador lembra a resistência do arcebispo emérito de Olinda e Recife ao regime militar e classifica o religioso como um “exemplo de vida e obstinação, voltado à dignidade da condição humana”

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) prestou ontem uma homenagem ao arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, pelos seus 90 anos, completados no dia 7 de fevereiro passado. “Nas sombras vorazes da ditadura, não calou, não temeu. Sentiu com exatidão a dor dos oprimidos e denunciou a fereza dos opressores. Pregou e viveu com entusiasmo a mensagem para fazê-los mais fortes e crentes, como ele, na possibilidade de edificar um mundo justo”, enfatizou.

Segundo o senador, “pela fertilidade das sementes que espalhou no deserto das injustiças sociais, passando pelos campos conflagrados na luta pela terra e pelo pão, até o enfrentamento dos poderosos, dom Hélder é um homem que há muito já consumou a sua importância na história deste país, como exemplo de vida e obstinação, voltado à dig-



O pronunciamento de Ronaldo Cunha Lima em homenagem a dom Hélder recebeu o apoio de outros três senadores

nidade da condição humana”. Na homenagem, o senador referiu-se a dom Hélder como “Bispo da Liberdade, o Irmão-Oração, feito de luta e de prece”.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou seus trabalhos ao lado de dom Hélder, em Recife, em programas de habitação. “Aprendi a respeitar um homem

que lutou contra a ditadura, buscando melhores condições de vida para carentes. Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), dom Hélder representa “patrimônio da humanidade por sua opção pelos pobres num momento em que ‘moderno’ é ser consumista e individualista”.

Também em aparte, o senador

Tião Viana (PT-AC) se associou à homenagem a dom Hélder, “um homem que sempre tratou o Brasil com esperança e respeito”.

Ao concluir seu pronunciamento, Ronaldo Cunha Lima repetiu as palavras que foram ditas ao arcebispo brasileiro pelo papa João Paulo II: “Irmão dos pobres é meu irmão”.

Tião Viana adverte para riscos da hepatite B

Um alerta sobre os problemas causados pela hepatite B à população brasileira e a denúncia de que o Ministério da Saúde poderia ter evitado muitas mortes se viesse cumprindo programa de vacinação já estabelecido para todo o país, foram os temas de pronunciamento feito ontem pelo senador Tião Viana (PT-AC).

De acordo com Viana, dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) registram que dois milhões de pessoas no planeta morrem todos os anos vítimas pela doença. No Brasil, a maior incidência de casos ocorre na região Norte, especialmente no Acre, Rondônia e Amazonas.

Segundo o senador, que é médico com especialização em infectologia, a hepatite B manifesta-se de modo silencioso, “evoluindo, em regra, de dois a 30 anos para alcançar o estágio de cirrose e, algumas vezes, câncer”. Tião Viana disse, ainda, que 25% das crianças de até sete anos atingidas pelo vírus serão portadores crônicos da doença.

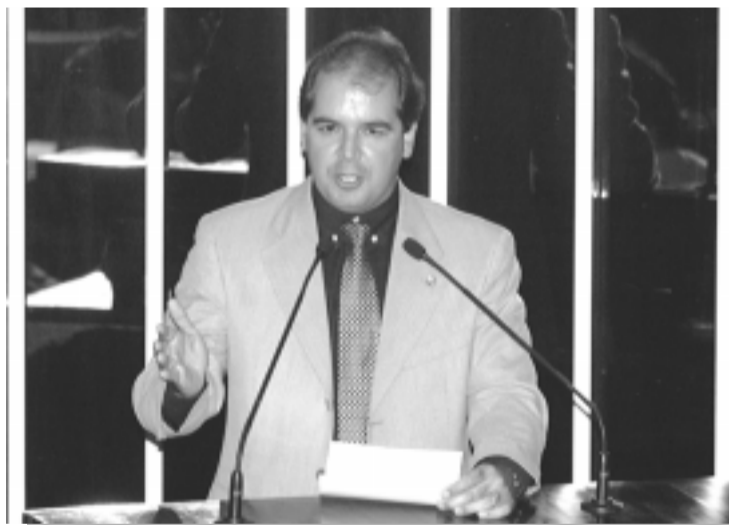
O senador apelou ao Ministério da Saúde para que trabalhe no sentido de estabelecer uma nova

meta de vacinação para o país, pois, segundo informou, em 1990 o próprio ministério determinou que até 1995 toda a população amazônica estivesse imunizada contra a doença, e até 1998 todo o país tivesse a cobertura vacinal contra a hepatite B.

Na realidade, o ministério ficou bem aquém das metas estabelecidas, afirmou o senador. “Até hoje, metade das crianças da Amazônia ainda não recebeu a vacina”, lamentou.

Ele disse que, infelizmente, as dezenas de pessoas que lotam as enfermarias dos hospitais na região Norte não sensibilizam as autoridades governamentais para cumprirem as recomendações internacionais sobre a imunização contra a doença.

Na defesa da vacinação, o senador argumentou que o custo do tratamento de um doente com cirrose, motivada pela hepatite B, pode chegar, em alguns casos, a até R\$ 40 mil por ano, enquanto com a vacinação o governo gastaria menos de US\$ 4 por dose. Além de outros benefícios, a vacinação “é uma medida de proteção e racionalidade na utilização dos re-



Para Viana, país está aquém das metas estabelecidas. “Até hoje, metade das crianças da Amazônia não recebeu a vacina contra a hepatite B”, lamentou.

curso público”, disse.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) concordou com a análise de Viana e também defendeu a necessidade de uma urgente campanha de vacinação com abrangência nacional. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também participou do debate e observou que os registros sobre a doença são inferiores à realidade, referindo-se às pessoas que

não recorrem às instituições oficiais para procurarem tratamento contra a doença. Ele disse temer que a doença se alastre de modo “violento”.

Os senadores Lauro Campo (PT-DF) e Marina Silva (PT-AC) parabenizaram o companheiro de partido pelo discurso, lembrando que Viana deverá dedicar especial atenção ao tema da saúde durante todo o seu mandato.